



# BOLETIM DE SERVIÇO

www.uff.br/uffon/bs/bs.php

ANO XXXVI

N.º 62

02/05/2006

## CÍCERO MAURO FIALHO RODRIGUES Reitor

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS PEÇANHA Vice – Reitor

ESTHER HERMES LÜCK
Pró-reitora de Assuntos Acadêmicos - PROAC

MARIA DA PENHA FRANCO SAMPAIO
Diretora do Núcleo de Documentação - NDC

SOLANGE BARBOSA BITTENCOURT Diretora da Divisão de Arquivos - DARQ

ROSÂNGELA MARIA GAUDIE LEY MENEZES
Chefe do Serviço de Comunicações Administrativas - SCA

MARCELO GUALDA PEREIRA CONTAGE Núcleo de Comunicação Social - NUCS Responsável pela divulgação Via Internet

## **SUMÁRIO**

ESTE BOLETIM DE SERVIÇO É CONSTITUÍDO DE 024 (VINTE E QUATRO) PÁGINAS CONTENDO AS SEGUINTES MATÉRIAS:

SEÇÃO I	
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL	002
SEÇÃO II	
PARTE 1:	
DESPACHOS E DECISÕES DO REITOR	
PARTE 2:	
DESPACHOS E DECISÕES DDRH	005
PARTE 4:	
DESPACHOS E DECISÕES CANP, MFL, MTC, TMI	006
SEÇÃO IV	
EDITAL	
CUDEO DE MESTRADO EM DOLÍTICA SOCIAL	012

## **SEÇÃO I**

#### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N° 23069.003951/05-64

**INSTRUMENTO:** Convênio.

**PARTÍCIPES**: Universidade Federal Fluminense – UFF e a União, representada pelo Ministério da Educação, por meio de seu Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

**OBJETO:** Concessão de estágio a estudantes selecionados que estejam regularmente inscritos em disciplinas e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação oferecidos pela UFF, estágio esse direcionado a(s) área(s) de Biblioteconomia e Documentação, História, Geografia, Ciências Econômicas, Nutrição, Pedagogia, Medicina, Odontologia, Matemática, Letras, Ciências Contábeis, Administração, Física, Química e Ciências da Computação..

**PRAZO:** 05 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 26 de abril de 2006.

**RESOLUÇÕES**: CEP n° 270/2005, CUR n° 03/2006, CUV n° 07/2006.

**ASSINATURAS:** HEITOR LUIZ SOARES DE MOURA, Decano no Exercício da Reitoria da Universidade Federal Fluminense – UFF e STNY BASILIO FERNANDES DOS SANTOS, Diretora-Geral do .Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

PUBLIQUE-SE

ANTONIO TADEO G. DE OLIVEIRA Chefe do Serviço de Apoio Técnico – GAR ######

### **SEÇÃO II**

Parte 1

PORTARIA N.º 34.942 de 18 de abril de 2006.

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições legal e estatutária, tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei nº 8.112/90, com base na Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163, de 02/08/2001, publicada no D.O.U. de 06/08/2001,

#### RESOLVE:

1 - Nomear RICARDO MELCHIOR DE BARROS, habilitado e classificado em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e pelo Edital nº 06/05, publicado no D.O.U. de 04/02/2005, para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, na classe de Professor Assistente, Nível 1, do Quadro Permanente desta Universidade, para ter exercício no Departamento de Processualística e Prática Forense do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Área de Conhecimento: Direito Processual Penal, em regime de Dedicação Exclusiva, em vaga decorrente da aposentadoria de Alexandre Dias Neto, Portaria nº 22541, publicada no D.O.U. de 28/11/1995, código de vaga nº 0233550.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS PEÇANHA Vice-Reitor no Exercício da Reitoria ######

PORTARIA Nº 34.943 de 18 de abril de 2006

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 23069.001354/06-86

#### **RESOLVE:**

1- Cancelar o ato de provimento de MARA TELLES SALLES, matrícula SIAPE nº 2280241, efetuado através da Portaria nº 34.645 de 09/02/2006, publicada no DOU de 13/02/2006, por força da decisão proferida no processo nº 2006.02.01.002175-7 em curso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS PEÇANHA Vice-Reitor no Exercício da Reitoria ######

#### PORTARIA Nº 34.953 de 25 de abril de 2006

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

1- Tornar sem efeito a nomeação de RODRIGO DOS SANTOS NASCIMENTO, Técnico em Enfermagem, Código 701233, efetivada através da portaria nº 34779 de 22/03/2006, publicada no D.O.U de 23/03/2006, em virtude de não ter tomado posse no prazo legal, conforme determina o parágrafo 6º, do artigo 13, da Lei nº 8112/90.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

#### ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS PEÇANHA Vice-Reitor no Exercício da Reitoria #######

PORTARIA Nº 34.984 de 28 de abril de 2006.

EMENTA: Concessão de Progressão Funcional e/ou Incentivo de Titulação a Docentes.

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

#### RESOLVE:

1- Conceder Progressão funcional e/ou Incentivo de Titulação aos Docentes relacionados no anexo à presente Portaria, nos termos do artigo 16 do Decreto 94.664/87, da Portaria Interministerial n.º 475/87, da Lei n.º 8.243/91, da Resolução do CEP n.º 218/05 e da Resolução do CEP n.º 154/99 observando-se a vigência e os efeitos financeiros decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

#### HEITOR LUIZ SOARES DE MOURA Decano no Exercício da Reitoria ######

RELAÇÃO DE DOCENTES COM DIREITO A INCENTIVO POR TITULAÇÃO							
ANEXO à Portaria nº 34.984, de 28 de abril de 2006.							
Ordem	Mat. SIAPE	Processo/ Nome	Cargo	Incentivo	Efeitos financeiros a partir de		
				concedido			
01	305977	23069.011653/04-67	Adj. 4	Especialização	02.12.2004		
		Jorge Fernandes de Morais					

(\*) Republicação em correção à 1ª publicação.

#### Parte 2:

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO DDRH N.º 038, de 24 de abril de 2006.

Assunto: Remoção por indicação de chefia.

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, delegada pelo Magnífico Reitor, conforme a alínea "b" do inciso I, do item 1, da Portaria nº 29.149, de 13/06/2001, publicada no Boletim de Serviço nº 100, de 26/06/2001, e tendo em vista o que consta do Processo de nº 23069.008913/05-06.

#### RESOLVE:

1- Remover a servidora MARIA DO CARMO REBELLO GOMES, Nutricionista-Habilitação, nível de classificação E, nível de capacitação I, matrícula SIAPE n.º 1086463, nos termos do item II, alínea "b" da Norma de Serviço nº 532 de 03/04/2003, do Departamento de Assuntos Comunitários da Superintendência de Recursos Humanos para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

#### DARCIRA MOTTA MONTEIRO

Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO DDRH Nº 039, de 24 de abril de 2006.

Assunto: Remoção por indicação de chefia.

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, delegada pelo Magnífico Reitor, conforme a alínea "b" do inciso I, do item 1, da Portaria nº 29.149, de 13/06/2001, publicada no Boletim de Serviço nº 100, de 26/06/2001, e tendo em vista o que consta do Processo de nº 23069.000678/05-16,

#### RESOLVE:

1- Remover a servidora JANDIRA ANDRÉ DOS SANTOS, Engenheira-Área, nível de classificação E, nível de capacitação I, matrícula SIAPE n.º 1461491, nos termos do item II, alínea "b" da Norma de Serviço nº 532 de 03/04/2003, da Superintendência de Administração para o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Superintendência de Recursos Humanos .

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

DARCIRA MOTTA MONTEIRO
Diretora do Departamento de
Desenvolvimento de Recursos Humanos
#######

#### Parte 4:

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO CANP Nº 014, de 06 de abril de 2006.

EMENTA: Designa Comissão de Avaliação Docente

O Diretor do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, no uso de suas atribuições regimentais, e, em especial, as disposições da Portaria do Magnífico Reitor nº 30.837 de 21 de Janeiro de 2003.

#### RESOLVE:

1- Designar a Prof.ª Ana Luiza dos Santos Vilela Mat Siape nº 0310354-3, Prof.º Antonio Passos Portilho Mat. Siape nº0311471-5, o Prof.º Ricardo Tadeu Loureiro Mat Siape nº 2305202-2 e como suplente o Prof. José Tadeu Dutra Mat. Siape nº 0303533-5 para compor, sob a presidência da primeira, Comissão de Avaliação dos Docentes do Colégio Agrícola Nilo Peçanha.

Esta DTS entra em vigor na data de sua divulgação

JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA Diretor do Colégio Agrícola Nilo Peçanha ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO CANP Nº15, de 13 de abril de 2006.

EMENTA: Designa Comissão de Acompanhamento de Formaturas

O Diretor do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando a necessidade de:

- Apoiar e orientar na organização de atividades preparatórias para as Cerimônias de Colação de Grau e Entrega de Certificados dos alunos do CANP;
- 2) Envolver e comprometer diretamente os pais de alunos nestas atividades;
- 3) Regulamentar as atividades preparatórias para as Cerimônias de Colação de Grau e Entrega de Certificados dos alunos do CANP;
- 4) Coibir que atividades sejam realizadas ou documentos sejam emitidos em nome do CANP pelas Comissões de Formatura, sem prévia autorização da Direção do CANP.

#### RESOLVE:

 Designar os professores Ana Luiza dos Santos Vilela mat. SIAPE 0310354-3, Cláudio José Gabriel Menezes mat. SIAPE 231519-5 e Eliane Maria da Cruz Firmino mat. SIAPE nº 1501378, para sob a presidência da primeira, compor Comissão de Acompanhamento de Formaturas do CANP (CAF);

Esta DTS entra em vigor na data de sua divulgação.

JOSÉ ARIMATHÉA OLIVEIRA Diretor do Colégio Agrícola Nilo Peçanha ###### DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MFL Nº 015, de 11 de abril de 2006.

O Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia do Instituto Biomédico do Centro de Ciências Médicas da UFF, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

- 1- Tornar sem efeito a DTS-MFL nº 04/2006 de 17 de março de 2006.
- 2- Designar os professores ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, BERNADETE MALMEGRIN VANZELLA AMIN E PEDRO PAULO DA SILVA SOARES, para sob a presidência do primeiro constituírem a Banca Examinadora para Seleção de Monitor de 2006 para a disciplina de Fisiologia VI para Medicina.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SONIA P. ALTENBURG Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MFL Nº 016, de 11 de abril de 2006.

O Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia do Instituto Biomédico do Centro de Ciências Médicas da UFF, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

- 1- Tornar sem efeito a DTS-MFL nº 043/05 de 21 de dezembro de 2005;
- 2- Designar os professores RONALD MARQUES DOS SANTOS titular e RACHEL MOREIRA MORAIS DOS SANTOS suplente, como representantes do Departamento de Fisiologia e Farmacologia junto ao Colegiado do curso de Nutrição.

Esta DTS entrará em vigor à partir da data de sua publicação.

SONIA P. ALTENBURG
Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia
#######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MFL Nº 017, de 11 de abril de 2006.

O Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia do Instituto Biomédico do Centro de Ciências Médicas da UFF, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

- 1- Tornar sem efeito a DTS –MFL nº 026-2005 de 06 de maio de 2005;
- 2- Designar os professores BERNADETE MALMEGRIM VANZELLA AMIM E ISMAR ARAÚJO DE MORAES, respectivamente titular e suplente, como representantes do Departamento de Fisiologia e Farmacologia na Comissão de Monitoria no Centro de Ciências Médicas.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SONIA P. ALTENBURG Chefe do Departamento de Fisiologia e Farmacologia ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MTC Nº 01, de 17 de abril de 2006.

#### **RESOLVE:**

1. Designar os Professores abaixo relacionados para constituírem banca examinadora para Seleção de Monitores das seguintes disciplinas:

#### TECNOLOGIA DE COSMÉTICOS (MTC04003)

- DÉO ANSELMO Mat.6305591
- MARTHA DE LUCA Mat.0306482-3
- GERALDO RENATO DE PAULA Mat.1478138-6

#### ENZIMOLOGIA E TECNOLOGIA DAS FERMENTAÇÕES (MTC04004)

- SORELE FIAUX DE MEDEIROS- Mat. 1087233-6
- YANINA MADALENA DE ARRUDA CALVETTE Mat. 1038462-5
- KÁTIA GOMES DE LIMA Mat. 0310746

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIA ABADIA VERA DI VAIO Chefe do Departamento de Tecnologia Farmacêutica ###### DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO TMI Nº 03, de 06 de março de 2006.

O Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, do Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

1- Designar os Professores NILSON JOSÉ DOS SANTOS, SÉRGIO SODRÉ DA SILVA e RENATO DIETRICH DE AZEVEDO para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Monitoria para Disciplina de CONTROLE DE QUALIDADE I – TMI 00145.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO DIETRICH DE AZEVEDO Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO TMI Nº 04, de 06 de março de 2006.

O Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, do Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

1- Designar os Professores JORGE ALBERTO RODRIGUEZ DURÁN, FLÁVIO MOORE e LUÍS ALBERTO DUNCAN RANGEL para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Monitoria para Disciplina de ELEMENTOS DE MÁQUINAS – TMI 00184.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO DIETRICH DE AZEVEDO Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial ##### DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO TMI Nº 05/2006, de 06 de março de 2006.

O Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, do Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

1- Designar os Professores TALES FERREIRA VILLELA, FLÁVIO MOORE e MAURÍCIO DE SOUZA LEÃO para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Monitoria para Disciplina de ELETRICIDADE APLICADA – TMI 00137.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO DIETRICH DE AZEVEDO Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial ######

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO TMI Nº 06, de 06 de março de 2006.

O Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, do Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### **RESOLVE:**

1- Designar os Professores JOÃO CARLOS DE MELLO BARBOSA, JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA e SÉRGIO SODRÉ DA SILVA para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Monitoria para Disciplina de FUNDIÇÃO – TMI 00150.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO DIETRICH DE AZEVEDO Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial ##### DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO TMI Nº 07/2006, de 06 de março de 2006.

O Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda, do Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

1- Designar os Professores CLEYTON SENIOR STAMPA, FLAVIO MOORE e RENATO DIETRICH DE AZEVEDO para, sob a presidência do primeiro, comporem Banca de Monitoria para Disciplina de TRANSMISSÃO DE CALOR I – TMI 00146.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO DIETRICH DE AZEVEDO Chefe do Departamento de Metalurgia Industrial ######

### **SEÇÃO IV**

#### **EDITAL 2006**

#### CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

A Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense comunica que, de 05 de junho a 10 de julho do ano de 2006, estarão abertas as inscrições para o Curso de Mestrado em Política Social, para o preenchimento de 15 (quinze) vagas.

#### 1.Da Inscrição:

1.1. A inscrição será feita na Coordenação do Programa, no seguinte endereço:

Praça Leoni Ramos s/nº

Campus Universitário do Gragoatá

Bloco E, 3º andar – São Domingos – Niterói

R.J. – CEP-24.210-006 Telefone: (21) 2629-2752 E-mail: <a href="mailto:cpgess@hotmail.com">cpgess@hotmail.com</a> Site: <a href="mailto:www.uff.br/politicasocial">www.uff.br/politicasocial</a>

Horário: de 13:00 às 18:00 horas, de 2ª à 6ª feira

- 1.2. O candidato deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:
- 1.2.1 03 (três) cópias do Diploma de Curso de Graduação reconhecido (frente e verso). Serão também aceitas certidões de conclusão de curso de graduação ou diplomas de curso de pós-graduação. Os títulos obtidos no exterior deverão atender o que prescreve a Resolução 18/2002 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF, de 20/02/2002.
- 1.2.2 03 (três) cópias da carteira de identidade;
- 1.2.3 03 (três) cópias do CPF;
- 1.2.4 03 (três) cópias de 02 (duas) cartas de recomendação emitidas por professores doutores ou mestres (ver anexo 01);
- 1.2.5 03 (três) cópias do Curriculum Vitae, devidamente comprovado (ver anexo 02);
- 1.2.6 03 (três) cópias do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no Mestrado, pelo candidato, contendo entre 10 (dez) e 15 (quinze) páginas, em papel modelo A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, digitado em espaço 1.5, abrangendo os seguintes elementos:
  - a) objetivos;
  - b) exposição do tema e referências teóricas;
  - c) metodologia;
  - d) bibliografia relevante sobre o tema.
- 1.2.6.1 Orientações sobre o enquadramento do projeto nas linhas de pesquisa do curso e nas pesquisas dos seus docentes encontram-se no anexo 03.
- 1.2.7 A matrícula estará condicionada, em caso de aprovação, à apresentação do diploma de curso de graduação reconhecido.
- 1.2.8 A documentação exigida para inscrição deverá ser apresentada em três volumes encadernados (com espiral). Cada volume deverá conter: 1º) cópia da documentação pessoal (RG, CPF, diploma); 2º) cópia do projeto; 3º) cópia do currículo devidamente comprovado e 4º) cópia das cartas de recomendação (nesta ordem). Os candidatos não selecionados poderão solicitar a devolução de seus documentos, na secretaria da Coordenação de Pós-Graduação, até o dia 30 de outubro de 2006.
- 1.3. Será cobrada a taxa de inscrição no valor de R\$ 70,00 (setenta reais). A taxa de inscrição poderá ser recolhida em qualquer agência do Banco do Brasil no território nacional. Será necessário emitir a Guia de Recolhimento da União GRU, seguindo as instruções constantes no anexo 04.

#### 2. Processo de Seleção:

- > A Seleção dos candidatos será realizada através de:
- a) Análise do projeto (eliminatória);
- b) Entrevista individual (eliminatória);
- c) Entrevista em grupo seguida de elaboração de relatório sobre as discussões realizadas (eliminatória);
- d) Análise de currículo (eliminatória);
- e) Exame de língua inglesa ou francesa. Os candidatos não aprovados neste exame poderão refazê-lo até o início do segundo semestre do curso.
- ➤ A Seleção obedecerá ao seguinte cronograma:
- a) Divulgação dos resultados da 1ª fase (projetos): 17/07/2006;
- b) Prova de língua estrangeira: 20/07/2006;
- c) Entrevistas individuais e em grupo com posterior elaboração de relato escrito: 19/07/2006;
- d) Divulgação do resultado final: 24/07/2006.

#### 3.Área de Concentração:

Proteção Social e Processos Interventivos.

#### 4.Linhas de Pesquisa:

- Avaliação e gestão de políticas sociais;
- > Sistema de Proteção Social: regimes, história e sujeitos sociais.

Niterói, 04 de abril de 2006.

JOÃO BÔSCO HORA GÓIS Coordenador ######

#### ANEXO 01

#### CARTA DE RECOMENDAÇÃO

Nome do Professor(a):
Instituição onde atua:
Maior titulação:
Nome do candidato:
2 – Indique a natureza e a duração da relação acadêmica com o candidato (orientador de trabalho de conclusão de curso, supervisor de estágios, orientador de bolsa de iniciação científica, etc.).
3 – Como você avalia o desempenho do candidato durante o período em que ele esteve sob a sua orientação/supervisão?
4 – Como você avalia o potencial do candidato para o desenvolvimento de estudos de pós-graduação stricto sensu?
Assinatura do Prof.:

#### ANEXO 02 MODELO DE CURRÍCULO PARA SELEÇÃO AO CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Os candidatos deverão apresentar o currículo em três vias encadernadas juntamente com o projeto e demais documentos exigidos na inscrição.

As informações curriculares deverão ser organizadas de acordo com os grupos abaixo discriminados:

Grupo I - Identificação pessoal e formação acadêmica;

Grupo II – Trabalhos publicados (artigos, livros, trabalhos em anais de congressos, resenhas, etc.);

Grupo III – Apresentação de trabalhos em congressos, palestras, conferências, etc.;

Grupo IV – Experiência Docente (magistério superior, monitoria, etc.);

Grupo V – Experiência profissional;

Grupo VI – Outras informações relevantes.

As cópias dos comprovantes deverão ser anexados após a descrição das atividades de cada grupo. Somente os currículos que atendam as especificações aqui determinadas serão examinados.

#### ANEXO 03 ORIENTAÇÃO SOBRE O ENQUADRAMENTO DO PROJETO NAS LINHAS DE PESQUISA E ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO DO PROGRAMA

O curso de mestrado em política social estrutura-se em torno de linhas de pesquisa que possibilitam aos seus alunos o desenvolvimento de um número muito grande de propostas de investigação. Contudo, os candidatos na preparação dos seus projetos devem levar sempre em consideração a necessidade de articular tais tópicos, de forma direta, ao campo da política social e em particular aos temas de interesse do programa. Também é desejável que tais projetos guardem uma relação direta com os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes do programa. Alunos interessados em vincular-se diretamente a tais projetos, podem entrar em contato com os professores responsáveis através dos e-mails abaixo indicados.

#### 1 – Linhas de Pesquisa e respectivos temas de interesse

#### 1.1 - Avaliação e gestão de políticas sociais

Esta linha de pesquisa tem por objetivo contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas das políticas sociais hoje e para a utilização da avaliação de políticas como uma ferramenta analítica e interventiva junto aos problemas sociais que atingem a nossa sociedade. Em termos mais específicos ela se propõe a: 1) avaliar o processo de desenvolvimento e o impacto de políticas sociais implementadas ou em implementação, especialmente nas áreas de saúde e assistência; 2) conhecer a dinâmica política, de organização e provisão (características de cobertura e utilização; demanda e oferta de serviços; estrutura organizacional e institucional e financiamento) dos serviços sociais no Brasil hoje 3) analisar o padrão atual das políticas sociais vis-a-vis as reformas recentes no aparato de proteção social e seu impacto no bem estar dos grupos e população atingidos; 4) conhecer as diversas formas de manifestação das desigualdades sociais com vistas à proposição de alternativas para a intervenção profissional.

1.1.1-Temas de interesse dessa linha: Análises sobre processo de formulação e implementação de políticas sociais; estudos sobre gestão e avaliação de programas, projetos e políticas sociais; descentralização, poder local e políticas públicas; pobreza, desigualdade social e políticas sociais; avaliação de programas e projetos sociais sob a perspectiva da política; reformas internacionais em saúde; políticas de saúde e de assistência social; processo de implementação do sistema único de saúde; conformação, desenvolvimento e impasses da reforma sanitária brasileira; políticas de atenção e defesa de direitos de crianças e adolescentes; políticas públicas na área de educação infantil; programas de transferência de renda.

#### 1.2 - Sistema de Proteção Social: regimes, história e sujeitos sociais

Esta linha abriga estudos que caracterizam, inventariam e examinam teoricamente os sistemas de proteção social articulando as suas duas dimensões – primária e secundária – nos termos que Robert Castel aborda essa discussão. Ao fazê-lo, privilegia a análise das ações sociais dirigidas a um conjunto de se segmentos sociais tradicionalmente definidos como excluídos: homossexuais, negros, mulheres, idosos, etc. Também se detém no exame das formas de sociabilidade e formação de identidades desses mesmo grupos. Do ponto de vista metodológico vale salientar que entre os esforços dessa linha de pesquisa encontra-se a superação da clássica polarização das relações de classe, gênero e etnia, etc. Por reconhecer que os processos culturais contemporâneos se atualizam na dialética da estrutura x evento e considerando as evidências de circularidade cultural nos padrões de proteção social, boa parte das pesquisas que a compõem têm adotado a perspectiva da longa duração histórica. Tal preocupação, ao seu turno, remete a inúmeras questões teórico-metodológicas envolvidas no campo de estudo das representações sociais na medida em que a formatação da proteção social é também resultante daquilo que uma dada sociedade pensa e discursa sobre ela.

**1.2.1- Temas de interesse dessa linha:** Estudos sobre cotidiano, identidades e sociabilidades de grupos minoritários; exame de processos de exclusão de negros, mulheres e homossexuais; aspectos ideológicos presentes na produção de políticas sociais; terceiro setor; história das políticas sociais; formas comunitárias de proteção social; gênero e saúde; raça e educação; movimentos sociais de minorias.

#### 2 - Projetos Desenvolvidos Por Docentes do Programa

- 2.1 A construção do ideário da solidariedade no Rio de Janeiro: novas incursões. A pesquisa objetiva contribuir para o conhecimento do estágio contemporâneo do nosso sistema de proteção social, com ênfase na análise das suas transformações recentes no campo político-ideológico. Mais especificamente se propõe a entender os modos como o que denominamos de retórica da solidariedade se constitui ao longo dos anos de 1990 e 2000 como uma categoria central de uma série de práticas assistenciais e educativas em campos diversos como o da atenção a crianças e adolescentes, de defesa da igualdade de gênero e do combate a violência. O estudo apoia-se na teoria das representações sociais e nas formulações de Richard Rorty. Propostas de pesquisa ligadas a este projeto podem examinar essas questões no discurso de ONGs, empresas envolvidas com práticas de responsabilidade social, e outras entidades do chamado terceiro setor. **Professor Responsável:** Prof. João Bôsco Hora Góis. E-mail: jbhg@pesquisador.cnpq.br
- 2.2 Raça, gênero e educação superior. A expansão do ensino superior no Brasil tem escondido o fato de que mesmo quando os segmentos sociais tradicionalmente excluídos têm acesso ao ensino superior, o seu trânsito nas universidades pode ser diferente em muitos aspectos daquele dos setores mais privilegiados. Partindo dessa questão e tomando raça - ao lado da classe social e gênero - como elementos estruturadores das nossas diferencas sociais, o projeto tem por objetivo analisar, comparativamente, as trajetórias de mulheres negras e brancas no âmbito das instituições de ensino superior. Diante das indicações já disponíveis de que as afrodescendentes enfrentam maiores dificuldades de permanência no ensino superior, busca também identificar as estratégias utilizadas por elas na superação dos obstáculos à sua permanência nas organizações universitárias. Apesar do nosso interesse central referir-se às experiências educacionais, torna-se também necessário entender que outros aspectos do dia-a-dia destas mulheres em alguma medida conformam suas trajetórias nas organizações escolares. Embora os sujeitos envolvidos na pesquisa sejam alunas de graduação da Universidade Federal Fluminense - UFF, buscar-se-á recompor as trajetórias delas em outras etapas e instituições de escolarização de modo a compor o que poderíamos chamar de suas histórias de vida educacionais. A pesquisa também possui uma dimensão quantitativa desenvolvida a partir de dois bancos de dados os quais permitem o conhecimento de variáveis sócio-econômicas e culturais referentes às alunas em questão. Propostas de pesquisa associadas a esse projeto podem, por exemplo, examinar as questões aqui enunciadas em diferentes cursos; examinar essas questões em cursos de pósgraduação; aprofundar dimensões qualitatativas a partir de novas entrevistas, etc. Professor Responsável: João Bôsco Hora Góis. E-mail: jbhg@pesquisador.cnpq.br

- 2.3 Classificações raciais: a perspectiva de usuários e de profissionais das políticas sociais. A identificação de grandes disparidades de performance social e de aproveitamento das políticas sociais entre brancos e negros no Brasil tem sido realizada por significativo número de estudos produzidos desde os anos 1990. Este mapeamento tem levado o movimento negro, profissionais de diferentes áreas acadêmicos voltados ao estudo das políticas sociais a apontar a necessidade de criação de mecanismos mais específicos de proteção da população negra e pobre, seguindo em direção às políticas afirmativas. Grande parte da controvérsia existente em torno destas políticas, no entanto, se deve a questão da classificação racial existente no Brasil. Sem a definição de uma lógica que presida a auto e a alter classificação de cor ou raça, tais políticas podem se tornar inviáveis. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada busca compreender a partir de uma amostra específica os elementos subjetivos e objetivos que informam as classificações de cor ou raca neste âmbito, bem como a avaliação acerca das políticas afirmativas para a população negra. Tomamos como alvo usuários de políticas sociais e profissionais em atuação nestas. Esperamos ao fim do trabalho proposto oferecer subsídios para a discussão mais aprofundada de três questões: a) como profissionais e usuários representam as desigualdades de performance social entre brancos e negros; b) quais os elementos subjetivos e objetivos que comandam as classificações raciais entre estes e c) quais tipos de opções de classificação ou auto-classificação racial podem ser utilizadas para operacionalizar tais políticas afirmativas. Este projeto até o momento gerou um banco de dados com o resultado da aplicação de aproximadamente 700 questionários que pode ser explorado de variadas formas e sobre múltiplos matizes (por exemplo: tipos de demanda por cor ou raça, representações sobre desigualdades, etc). Além disto, tal banco abre um conjunto amplo de perspectivas de aprofundamento no campo das chamadas metodologias qualitativas. Professor Responsável: André Augusto Pereira Brandão. E-mail: andrebrandao@vm.uff.br
- 2.4 As formas elementares do sucesso no ensino superior. Esta pesquisa pretende mapear as desigualdades educacionais de acesso, de permanência e de sucesso acadêmico na Universidade Federal Fluminense -UFF tomando tal fenômeno como o resultado de um processo que combina indicadores sociais, econômicos e demográficos. Nossa investigação se relaciona com a necessidade de desenho de políticas públicas de acesso, permanência e sucesso nas universidades públicas em geral e na UFF em específico. Apesar do caráter local da investigação, acreditamos que seus resultados poderão auxiliar a discussão de formatos de políticas públicas de combate às desigualdades no ensino superior e de assistência estudantil também em outras universidades. Nossa metodologia inclui a investigação quantitativa e qualitativa. Do ponto de vista da pesquisa quantitativa trabalharemos com três bancos de dados. O primeiro, produzido pela Comissão de Seleção Acadêmica da UFF com base no vestibular de 2005, contém as informações sócio-economicas do conjunto dos candidatos ao vestibular. Este banco nos permite estabelecer um link direto entre as características socioeconômicas dos candidatos e o resultado no vestibular - aprovação ou reprovação. O segundo foi produzido pela Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC). Neste é possível encontrar o aluno que é considerado pela universidade em situação de abandono. A informação do abandono pode ser complementada com outros dados: curso, tempo na universidade até o momento do abandono, sexo e local de moradia. Estaremos trabalhando com dados relativos ao período entre 2000 e 2005. O terceiro banco, também foi produzido pela PROAC. Neste, é possível encontrar o coeficiente de rendimento acumulado (CRA) de todos os alunos que já tenham cursado um período. A informação relativa ao CRA pode ser complementada também com informações de curso, sexo e local de moradia. Para este estudo do CRA pretendemos estabelecer uma amostra estratificada de alunos matriculados em 2005. O estudo quantitativo será complementado por um conjunto de entrevistas em profundidade com os seguintes agentes sociais: candidatos aprovados e não aprovados no vestibular de 2005; alunos que abandonaram a UFF entre 2000 e 2005 e; alunos matriculados com CRA acima de 9,0 e abaixo de 6,0. Professor Responsável: André Augusto Pereira Brandão. E-mail: andrebrandao@vm.uff.br
- 2.5 Políticas públicas, questão social e serviço social na contemporaneidade. Desde sua gênese, o Serviço Social tem sido chamado a atuar nas diversas expressões da "questão social". Na atualidade, as mudanças que vêm afetando o mundo do trabalho, a esfera do Estado e das Políticas Públicas estabelecem profundas modificações nas condições de trabalho do assistente social e nas condições de vida da população usuária dos seus serviços. Tais alterações exigem não apenas a execução de Políticas Sociais, mas também sua proposição e gestão. Deste modo, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a "questão social" é de fundamental importância tanto para apreender as várias

expressões que assumem, na contemporaneidade, as desigualdades sociais quanto para forjar projetos e frentes de trabalho que materializem a afirmação da democracia, dos direitos humanos e de cidadania para todos. A partir desta reflexão, esta pesquisa busca analisar criticamente a intervenção teórico-prática do Serviço Social nas diversas expressões da "questão social ao longo da sua história, definindo os impactos contemporâneos desta mesma "questão social" no fazer profissional, bem como avaliar de que maneiras a profissão vem respondendo aos desafios impostos pela realidade. Assim possibilitar-se-á a identificação de demandas - potenciais e emergentes - junto aos serviços sociais, fornecendo indicadores que viabilizem a formulação de Políticas Sociais e de um projeto socioprofissional a curto, médio e longo prazo que contemplem as problemáticas evidenciadas. **Professora Responsável:** Janete Luzia Leite Hanan. E-mail: janetel@uol.com.br

2.6 - Implementação da Integralidade na organização dos sistemas municipais de saúde: um estudo na região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa tem por objetivo central a análise do processo de implementação da diretriz da integralidade na organização dos sistemas municipais de saúde. Busca identificar os atributos e características da gestão municipal que favorecem ou obstaculizam a constituição de um sistema municipal de atenção integral, tendo como loci os municípios de Duque de Caxias e São Goncalo. O estudo articula três dimensões principais: a. dimensão política, que diz respeito aos atores e interesses presentes no cenário local; b. dimensão técnico-gerencial, relacionada à forma de organização e funcionamento dos serviços e c. dimensão de utilização dos serviços pelos usuários, englobando as trajetórias de utilização dos serviços por parte da população coberta. A pesquisa é desenvolvida em parceria UFF/ UERJ, com financiamento do CNPq e encontra-se em fase de trabalho de campo junto aos usuários dos serviços. O desenvolvimento do estudo abre possibilidades aos mestrandos de replicarem a metodologia da pesquisa à análise de outras experiências municipais e/ ou aprofundarem o conhecimento sobre questões que tangenciam a discussão da integralidade, tais como acesso aos serviços; Atenção Básica e Programa Saúde da Família; integração entre os diferentes níveis do sistema de saúde; relações intergovernamentais, intersetorialidade e gestão local em saúde. Professora Responsável: Mônica de Castro Maia Senna. Email: monica.senna@globo.com,

2.7 - Municipalização da Saúde: inovação na gestão e democracia local no Brasil. A pergunta que este projeto pretende responder é o que ocorreu nos últimos dez anos, a partir do aprofundamento da descentralização na saúde, em termos da inovação gerencial introduzida pelos gestores municipais de saúde e, em que medida as mudanças tanto no perfil do gestor quanto em suas ações podem indicar uma maior democratização do poder local no Brasil. O Brasil vem vivendo um significativo processo de descentralização político-administrativa, principalmente a partir da Constituição de 1988. Ampliando a participação dos Estados e Municípios no bolo tributário nacional, a nova Carta dotou essas esferas governamentais de base material para o exercício de atribuições e encargos adicionais. Ocorrendo no âmbito de uma reforma do Estado de cunho democratizante, em reação ao hipercentralismo promovido pelo regime autoritário de 1964, tal redistribuição de recursos, atribuições e encargos, por suposto, deveria produzir um novo padrão de relações intergovernamentais, com um deslocamento de poder em favor da esfera municipal, assim como um novo padrão de relações entre o Estado e a sociedade, com um deslocamento de poder em direção aos diversos grupos de interesse vigentes na arena societal. A Saúde foi a área de política social em que o modelo descentralizador foi mais ampla e radicalmente aplicado, passando a servir de modelo para outras áreas das políticas públicas, como a de assistência e de segurança. O Sistema Único de Saúde (SUS) é hoje dotado de um arcabouço jurídico-normativo que lhe define uma arquitetura institucional bastante consistente e adequada tanto à idéia da centralidade do município no funcionamento do sistema, quanto à idéia de sua permeabilidade às demandas sociais. Os estudos dos processos de descentralização, regra geral atêm-se ao desenho da descentralização, ou analisam este processo em um dado ponto, em um corte sincrônico. Na verdade, trata-se de uma profunda limitação, já que todos reconhecem que a descentralização, sendo um processo complexo, só pode ser compreendida ao longo do seu desenvolvimento, em uma perspectiva diacrônica. No período de 1996-1997 foi realizada uma pesquisa de nível nacional, intitulada "Municipalização da Saúde e Poder Local no Brasil", sob a responsabilidade da EBAPE/FGV, com a assessoria técnica da ENSP/FIOCRUZ e com o apoio financeiro do Projeto Nordeste do Ministério de Saúde e do PNUD. Esta investigação, buscou verificar as possíveis transformações ocorridas na gestão municipal da saúde, a partir da descentralização, tomando como unidade de análise o gestor ou Secretário Municipal de Saúde, tanto em relação ao seu perfil quanto em termos das inovações introduzidas seja quanto à participação social, aos mecanismos gerenciais ou ao modelo assistencial. Essa pesquisa gerou uma base de dados excepcionalmente rica. Os dados, naquele momento, indicavam uma defasagem entre os avanços da descentralização, sendo maiores as inovações na dimensão social, seguida da dimensão gerencial e só em último lugar na dimensão assistencial. O objetivo agora é atualizar a pesquisa anterior para replicá-la, com o objetivo de comparar o processo de descentralização durante a última década. **Professora Responsável:** Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato. **E-mail:** lobato@alternex.com.br

2.8 - Observatório da Inovação Social. O Observatório da Inovação Social tem como objetivo geral identificar experiências inovadoras nas políticas públicas que estimulem ou permitam a construção de uma esfera pública democrática e emancipatória. Parte-se do pressuposto teórico de que as políticas públicas possuem a capacidade de alterar as relações de poder existentes de forma a permitir a transformação das estruturas burocráticas do estado e das organizações da sociedade. O objetivo específico do Projeto é o desenvolvimento de metodologia capaz de identificar e escalonar fatores no processo de implementação de políticas que viabilizem a transformação das estruturas sociais e das relações de poder. Para tanto, são destacados seus impactos na constituição de quatro dimensões das relações estado-sociedade, quais sejam, a integração, a participação, a distribuição e a constitucionalização. A construção da metodologia toma como base o estudo de caso da política de integração social via urbanização do município do Rio de Janeiro, através de três programas de urbanização - o Programa Favela-Bairro, o Programa Morar Legal e o programa Grandes Favelas, que têm como objetivo inserir populações excluídas na condição de cidadania. Foram investigadas as comunidades de Vigário Geral, Ana Gonzaga e Rio das Pedras. Em cada uma delas foram realizadas entrevistas em profundidade com moradores da comunidade e gestores dos programas e grupos focais com jovens e mulheres. Professora Responsável: Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato. E-mail: lobato@alternex.com.br

2.9 - Saúde nas fronteiras: estudo do acesso aos servicos de saúde nas cidades de fronteira com países do Mercosul. Processos de integração regional entre países foram intensificados no contexto de globalização e lentamente uma agenda social da integração é construída pari passu à regulamentação da livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capital, fundamentos econômicos de mercados comuns. A integração ocasiona nas regiões de fronteira intensificação de fluxos, gerando tensões e desafios para os sistemas de saúde das cidades fronteiriças. Esta pesquisa, tem por objetivo analisar condições de acesso a serviços de saúde em cidades fronteiriças do MERCOSUL, identificando-se ações demandadas, fluxos entre servicos e sistemas e estratégias de resposta de gestores às pressões por atenção. Foi realizado inquérito com secretários municipais de saúde das 68 localidades brasileiras da linha de fronteira com países do Mercosul dos estados do RS, SC, PR e MS. Em 4 cidades, consideradas pólos regionais, foi realizado estudo de caso mediante visita e entrevistas semiestruturadas com secretários municipais, gerentes de unidades de saúde e autoridades estrangeiras de cidade gêmea. As localidades brasileiras fronteiriças pesquisadas apresentam variados perfis populacionais e de servicos de saúde, contudo, na maioria são pequenas, com estrutura assistencial de atenção básica. A busca de atendimento por estrangeiros no SUS varia conforme região e país fronteiriço, com demanda por procedimentos de atenção primária e em menor proporção por atenção especializada, a depender da oferta assistencial disponível, sendo frequente a procura de brasileiros não residentes no país e/ou com dupla nacionalidade. O atendimento de estrangeiros é garantido na maioria dos municípios apenas em situações de emergência, e em parte das localidades há barreiras de acesso estabelecidas, exigindo-seapresentação de cartão municipal de saúde para atendimento no SUS. A par das dificuldades, observam-se iniciativas locais de acordos entre gestores brasileiros e estrangeiros para troca de informações, ações conjuntas de saúde pública, constituição de fóruns internacionais e cooperação técnica. Estratégias dos gestores locais identificadas na pesquisa podem orientar a formulação de diretrizes específicas para situações de fronteira que possibilitem a melhoria do acesso, integral e humanitário às ações de saúde no MERCOSUL. Professora Responsável: Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato. E-mail: lobato@alternex.com.br

- 2.10 Processos de transferência de renda e políticas de assistência. Estudo da implementação do Programa Bolsa Família no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa pretende analisar os processos de formulação, implementação e gestão local do programa Bolsa Família em municípios do estado do Rio de Janeiro, identificando os limites e avanços desta intervenção pública em regiões selecionadas. O enfoque do estudo busca explorar aspectos ligados às condições de sustentabilidade do programa, tais como a capacidade institucional, a possibilidade de continuidade das acões e os pontos críticos em relação ao alcance dos resultados. Assim, a investigação contempla dimensões relacionadas ao desenho operacional, às ações desenvolvidas, aos interesses e conflitos presentes nos diferentes níveis do processo decisório, às estruturas de incentivos previstas para a adesão de gestores e técnicos nos diferentes níveis de governo e à dinâmica de participação social no âmbito do Bolsa Família. O estudo vem sendo desenvolvido nos contextos municipais de São Francisco de Itabapoana e Duque de Caxias, buscando combinar tanto dados socioeconômicos e indicadores das condições de vida e saúde da população local quanto a dinâmica de oferta de serviços, os espaços institucionais relevantes para a implementação da política, o perfil dos gestores, as arenas decisórias e dinâmicas organizacionais nos diferentes cenários de implementação. Trata-se de uma pesquisa integrada envolvendo UFF, FIOCRUZ e UERJ e permite aos mestrandos o estudo de processos de formulação, implementação e gestão local de programas de transferência de renda, além da possibilidade de replicar o arsenal metodológico para análise de outras experiências municipais e desenvolvimento de análises comparadas. Professora Responsável: Mônica de Castro Maia Senna. E-mail: monica.senna@globo.com
- 2.11 Avaliação do Benefício de Prestação Continuada BPC. O BPC é o único programa de transferência de renda constitucional do Brasil sem vinculação à contribuição previdenciária. Seu impacto social tem sido atestado por vários estudos e sua expansão tem aumentado o interesse dos investigadores. Apesar dos avanços, o BPC apresenta vários entraves em sua implementação, muitos dos quais relacionados à falta de intersecção com outras políticas setoriais. O objetivo da pesquisa é identificar os possíveis entraves e inovações do Benefício e sua capacidade de alterar as condições de pobreza e vulnerabilidade dos idosos e deficientes aos quais se destina. Baseia-se em amostra representativa da região sudeste e cobriu cerca de 60 municípios. Foram investigados beneficiários, pessoas que tiveram a solicitação de benefício negada, gestores de diversos segmentos das agências do INSS, conselhos de assistência social e gestores nacionais e locais da assistência social. Para a coleta de dados foram utilizados questionários diferenciados com perguntas abertas e fechadas a partir de um conjunto de dimensões, entre as quais: proteção social, acesso, utilização, controle social, capital social, intersetorialidade, relações governamentais e gestão. **Professora Responsável:** Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato. E-mail: lobato@alternex.com.br
- 2.12 Observatório da Violência Social e Intrafamiliar Contra Criança e Adolescente na Área da Saúde de Niterói. Este projeto, a partir dos atendimentos feitos na área de saúde no período de 2000 a 2008, visa retratar a violência social e intrafamiliar no município de Niterói. Busca dar visibilidade a tal questão e, desta forma, contribuir para a consolidação dos direitos e da cidadania de crianças e adolescentes através da análise de como vêm-se desenvolvendo e se entrecruzando as políticas sociais e as práticas institucionais para a identificação e enfrentamento destas formas de violência. A coleta de dados está sendo realizada nas seguintes instituições: o Hospital Universitário Antonio Pedro-HUAP, o Hospital Getúlio Vargas Filho-HGVF e a Coordenação de Vigilância em Saúde-COVIG, órgão que centraliza as notificações de violência da área da saúde. Faz parte ainda dos objetivos desse projeto a análise desses dados, traçando o perfil da violência contra crianças e adolescentes no município de Niterói. Nosso interesse é que os resultados encontrados subsidiem políticas e ações do Estado e da Sociedade Civil nesta área. O trabalho do Observatório gerou um banco de dados com aproximadamente 600 registros documentados que podem analisados e trabalhados das mais diversas e complexas formas. **Professora Responsável:** Nívia Valença de Barros. E-mail: nivia@vom.uff.br

- 2.13 Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Este estudo trata da construção sócio-histórica da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro. Procura examinar a violência intrafamiliar em sua concretude e o seu impacto sobre as vítimas, tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos. Para isso, procedemos a um levantamento teórico conceitual sobre as questões que envolvem a infância e a adolescência, as políticas e práticas de proteção social. Para apresentar este panorama foi feita uma pesquisa de campo que se debruçou sobre 14.445 prontuários registrados em dez anos de atividade do 1º Conselho Tutelar de Niterói, tendo selecionado os 2.446 relativos às diversas categorias da violência intrafamiliar. Tais informações, reunidas em um Banco de Dados, foram agrupadas de forma a traçar quadros quantitativos e qualitativos sobre o funcionamento do Conselho e outros órgãos de atendimentosà criança e adolescente e delinear um perfil societário dos 16 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Professora Responsável:** Nívia Valença de Barros. E-mail: nivia@vm.uff.br
- 2.15 Niterói Cidade das Mulheres. O presente projeto estuda a participação feminina na cidade de Niterói, gerando, nesse processo, fontes orais para a pesquisa histórica. Constitui-se dessa forma, em um projeto que integra a pesquisa e a extensão. Dando continuidade a pesquisas anteriores, pretende-se, a constituição de fontes, a partir da história oral, a serem devidamente processadas no âmbito do Centro de Referência Documental (CRD) e que visam subsidiar pesquisas que se interessem pelo estudo da história das mulheres, tendo como pano de fundo a cidade de Niterói e a constituição do aparato de proteção social na cidade. Continuamos atentas ao nosso interesse inicial em preservar a memória do Estado (recuperando um viés de gênero), mais precisamente da cidade, valorizando a vida de agentes femininos que participaram e contribuíram para traçar o perfil sócio-político da região fluminense. A história oral surge como uma necessidade metodológica ao nos permitir o acesso à estas trajetórias. Com as fontes geradas nesse projeto obtém-se o acesso a uma história de Niterói que não se encontra nos livros, mas que estará protegida e apta a ser alvo de futuras pesquisas. **Professora Responsável:** Rita de Cássia de Santos Freitas. E-mail: ritacsfreitas@uol.com.br
- **2.16 Saúde reprodutiva e cidadania**. O projeto estuda a "generificação" (feminilização e masculinização) de ações programáticas de saúde pública associadas á vida privada; ocupa-se da esfera sexual e reprodutiva, em particular de ações do presente e do passado do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), mas também de ações de assistência em geral, inclusive da de idosos. **Professora Responsável:** Suely Gomes Costa. E-mail: <a href="mailto:suelygom@oi.com.br">suelygom@oi.com.br</a>
- 2.17 Linhas da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos 80 do século XX. O projeto analisa, em particular, culturas políticas engendradas em lugares de sociabilidades e de formação de identidades femininas, observados em metodologias associativas que fixam ações programáticas na esfera dos direitos reprodutivos na saúde pública, nas conjunturas de redemocratização do país e seguintes. Os projetos, nessa perspectiva, vêm contribuindo com a revisão de teses sobre reprodução social associadas a modelos protecionistas singulares ao capitalismo brasileiro, através de pesquisa qualitativa (fontes orais e documentais), em orientações que não perdem de vista escalas macro e microanalíticas (REVEL,1999) e "sentidos civilizadores" das práticas sociais (ELIAS, 1997). Professora Responsável: Suely Gomes Costa. E-mail: suelygom@oi.com.br

- 2.18 Gays, Lésbicas e Transgêneros: representações, violência e ativismo. Este projeto abriga um conjunto de investigações sobre a experiência homossexual em contextos urbanos, particularmente o da região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa abriga três eixos: 1) Partindo do pressuposto de que a experiência das homossexualidades é em grande medida definida pelas percepções sociais sobre elas, o seu primeiro eixo ocupa-se da reflexão sobre as representações que as diferentes mídias e diferentes profissionais acalentam e produzem sobre gays, lésbicas, transgêneros e travestis; 2) o segundo eixo ocupa-se do estudo das formas e impactos da violência (física, simbólica, institucional, etc) sobre esses grupos sociais, considerando que esta constitui um dos principais problemas por eles enfrentados e; 3) já que a violência e opressão desses segmentos não implica na anulação da sua capacidade de produzir respostas coletivas e demandar na esfera pública o respeito aos seus direitos e a provisão de serviços sociais, jurídicos, de saúde, etc que atendam às suas necessidades específicas, um terceiro eixo dessa pesquisa dedica-se ao estudo do protagonismo e organização das entidades de gays, lésbicas e transgêneros. **Professor Responsável:** João Bôsco Hora Góis. E-mail: jbhg@pesquisador.cnpq.br
- 2.19 Arquivo de memória de pessoas comuns e o registro dramatúrgico. A criação de arquivos de memórias e o interesse pelos relatos de vida, como material a ser guardado e investigado, surgiram nos Estados Unidos, desde os fins dos anos 1940, seguidos por diversos países. A revitalização das fontes orais na História Social, nos anos 70 e 80, impulsionou a criação de vários centros de arquivos autobiográficos. Há uma mudança de perspectiva nas pesquisas sobre grupos minoritários. Nos estudos de gênero, etnias e parcelas da população excluídas são incorporados métodos da história oral e investigações sobre memórias. Enfim, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento participam de projetos utilizando, sobretudo, o que denominam "testemunhos orais". A presente pesquisa tem como objetivo a criação de um arquivo de histórias de vida de pessoas comuns, além de apontar para um outro canal de comunicação de memórias por intermédio da linguagem teatral. A população investigada é composta de indivíduos com mais de 60 anos, moradores de Niterói, participantes de um projeto de extensão da UFF. A primeira etapa do projeto já foi cumprida. Trata-se da elaboração do perfil detalhado deste grupo, disponível para consulta, constituído por 150 idosos. A produção do arquivo, também disponível, na verdade um arquivo in progress, permitirá aos pesquisadores interessados inúmeros recortes temáticos neste universo, tais como: transformações nos arranjos familiares, estudos da vida cotidiana, relações entre os sujeitos e as políticas de proteção, criação e participação em redes de solidariedade, entre tantos outros. A inserção neste projeto também possibilitará um amplo e aprofundado debate sobre as pesquisas que utilizam fontes orais. Professora Responsável: Beatriz Pinto Venâncio. E-mail: beavenancio@uol.com.br
- 2.20 Infância, Família e Serviço Social: signos em movimento num contexto de constituição dos sistemas municipais de educação Infantil. Estudo comparativo sobre a incorporação da educação infantil aos sistemas municipais de ensino nos municípios de Rio, Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Trata-se de uma investigação que visa compreender como os sistemas municipais estão incorporando as creches provenientes da área da assistência e como vem se processando a gestão destes novos equipamentos à luz do que prevê a LDBN e o Plano Nacional de Educação (PNE). **Professora Responsável:** Deise Gonçalves Nunes. E-mail: <a href="mailto:deisenunes@uol.com.br">deisenunes@uol.com.br</a>

- 2.21 O profissional de servico social no campo da educação infantil: uma análise discursiva. Este estudo busca analisar a produção de textos de assistentes sociais que atuaram e/ou atuam na área da educação infantil. Relacionamos os textos aos contextos históricos para compreendermos tanto o conteúdo ideo-político destes discursos, quanto a sua articulação com os destinatários destas práticas: a criança pequena e sua família. Para melhor compreender este universo de produção de sentidos, o estudo será desenvolvido em dois movimentos de investigação dos seguintes contextos enunciativos: 1º no campo interventivo do serviço social no âmbito da gestão sócio pedagógica, especificamente no que se refere a democratização do acesso, a seletividade das demandas, participação das famílias usuárias, socialização do projeto pedagógico e participação dos representantes das creches e do papel dos novos instrumentos de gestão democráticas, especialmente os fóruns populares, conselhos gestores e de direitos. Neste contexto pretendo situar as novas experiências de serviço social no campo da educação infantil. 2º no campo interventivo do serviço social do ponto de vista da prática sócio pedagógica, especificamente no que se refere às práticas de disciplinamento que se manifestam na vida cotidiana da creche, nos rituais de entrada e saída das crianças, das rotinas diárias, na socialização (ou não) de informações, na participação em treinamentos de equipe, na elaboração de planos de trabalho pedagógico, nos contatos com famílias e comunidade, etc. Professora Responsável: Deise Gonçalves Nunes. E-mail: deisenunes@uol.com.br
- 2.22 As interfaces da constituição de uma esfera pública no campo da educação infantil: a democratização da gestão sócio pedagógica. A pesquisa visa analisar e compreender como vem ocorrendo o protagonismo dos movimentos sociais e dos educadores no desenvolvimento dos trabalhos com projetos na área da educação infantil tanto na dimensão do trabalho pedagógico sobretudo os trabalhos com projetos na linha de Hernandéz- quanto da gestão sócio política, em especial na gestão dos sistemas municipais de educação . Este é um tema que emergiu do trabalho de extensão na creche UFF e da disciplina estágio supervisionado e possibilita uma dimensão interdisciplinar de pesquisa, aberta a assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e outros que atuem na perspectiva do trabalho com projetos e/ou no alinhamento aos movimentos sociais que atuam no campo da educação infantil e da luta pela ampliação do direito à criança pequena de estar na escola. **Professora Responsável:** Deise Gonçalves Nunes. E-mail: deisenunes@uol.com.br
- 2.23- Inserção geracional e enquadramento social. Levando em consideração o campo institucional contextualmente constituído para enfrentar a gestão da inserção dos jovens sob precariedade de expectativas socioeconômicas, este projeto põe em destaque os termos em que cada agente se engaja nesse projeto coletivo e as estruturas de oportunidades que vão, sob tal enquadramento, sendo constituídas. Por elas pretendo trazer à tona perspectivas de intervenção que acentuam a constrição social e os sentimentos de inseguridade diferentemente concebidos por professores, educadores sociais, pais e jovens. Assim reconhecendo a construção de pontos de vista sobre enquadramento social da juventude, referencio-me pelas seguintes questões: Como os jovens desse segmento social vêm se orientando? Que eficácia simbólica alcança a adesão à constituição da auto-estima como valor fundamental para os modos atuais de inserção de jovens sob precariedade de condições de reprodução material? Para tanto, não perco de vista que, pautadas em concepção tão ampla e consensual, tais intenções são pouco eloqüentes e operam na reprodução do legado da pobreza para as novas gerações. **Professora Responsável:** Delma Pessanha Neves. E-mail: mdebes@provide.psi.br

#### ANEXO 04 INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO

- 1. Acessar o site da UFF (www.uff.br).
- 2. Clicar em "Guia de Recolhimento da União (GRU)".
- 3. Na página seguinte, clicar "Guia de Recolhimento da União (GRU)".
- 4. Na página seguinte, clicar "Impressão GRU Simples".
- 5. Na página seguinte, preencher os campo em amarelo com os seguintes códigos:
  - -Unidade Favorecida: 153056
  - Gestão: 15227
  - Código: 28830-6 Descrição do Recolhimento: Taxa de Inscrição em Concurso Público
  - Número de Referência: 025.015.84.16
  - Nome:
  - CPF:
  - Valor Principal:
  - Valor Total:
- 6. Depois de preencher, clicar em "Emitir GRU Simples" e imprimir a guia para pagamento no banco.

#### MODELO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU)

#### **Unidade Favorecida**

Código (*)	Gestão (*)	Nome da Unidade				
153056	15227	Universidade Federal Fluminense				
Recolhimen	to					
Código (*) Descrição do Recolhimento						
28830-6	CRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO					
Número de Referência						
025.015.84.16						
Competênci	a (mm/aaaa)	Vencimento (dd/mm/aaaa)				
Contribuint (*)	e CNPJ ou CPF	Nome do Contribuinte (*)				
(=)Valor Principal (*)						
(-)Descontos/Abatimentos						
(-)Outras Deduções						
(+)Mora/Multa						
(+)Juros/Encargos						
(+)Outros Acréscimos						
(=)Valor Total (*)						